



Simulado Final

ISS RJ

Fiscal de Rendas - Pós-Edital

Simulado

Simulado ISS RJ - Fiscal de Rendas

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS RJ (Fiscal de Rendas);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-Fiscal-20-08>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE
					157 - ABCDE
					158 - ABCDE
					159 - ABCDE
					160 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas*

Para responder às questões seguintes, analise o texto abaixo, de Nelly de Carvalho, retirado do livro "PUBLICIDADE, A linguagem da sedução".

Concluindo a análise, constatou-se que a publicidade utiliza as figuras de retórica clássica, em especial a hipérbole, a metáfora, a metonímia, como também os tropos não-clássicos, com o uso da pressuposição, do implícito e do diálogo forjado, quando o tropo comunicacional é acionado.

As figuras de retórica ou tropos são cooptados pela publicidade como forma de argumentação suasória, embora sua função seja mais apologética do que polêmica.

As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura, condenados pelos teóricos da Estilística. Michael Riffaterre (influyente crítico literário e teórico francês), não obstante, afirma que os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória. A alusão ou citação ultrapassa estes limites. Reserva ao leitor a satisfação de um conhecimento partilhado de algo que se torna comum entre este e o autor. Cria uma espécie de cumplicidade entre ambos.

Nem sempre o seu uso é literal: a introdução de um elemento novo cria um jogo de palavras, tornando a frase contrafeita ou a citação modificada um modo de desmontar estereótipos. Por exemplo, a publicidade brasileira abusa das fórmulas fixas:

Todos os caminhos levam a Visa. (Cartões Visa)

Lugar de geladeira é na cozinha. No quarto ponha um minibar. (Eletrodomésticos Electrolux)

Dumont Sport. Para sair no braço. (Relógios Dumont)

Na íntegra ou modificados, estes jogos de palavras facilitam a comunicação, estabelecendo uma certa familiaridade com o leitor e por isto têm seu uso difundido na linguagem dos *mass media*, sobretudo no jornalismo e na publicidade.

01. De acordo com o texto,

- a) as fórmulas fixas da língua são demonizadas quase que inteiramente pela literatura publicitária.
- b) as metáforas podem valorizar um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido.
- c) clichês e frases feitas são elementos considerados abomináveis na publicidade brasileira.
- d) o referido "uso não literal" tem como fundamento possíveis modificações nas formas fixas.
- e) as fórmulas fixas estimulam a memória do leitor por evocarem um sentimento de cumplicidade.

02 Considerando as ideias e estruturas linguísticas utilizadas, infere-se do texto que:

- a) o primeiro parágrafo traz a introdução do texto, com a estratégia da enumeração.
- b) a hipérbole, a metáfora e a metonímia são figuras não predominantes na publicidade.
- c) "tropos" e "figuras de retórica" foram empregados como sinônimos no contexto.
- d) o autor documenta as principais figuras de linguagem e seu efeito estético na propaganda.
- e) o uso não é literal porque as figuras de linguagem são metafóricas.

03. As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura, condenados pelos teóricos da Estilística. Michael Riffaterre (influente crítico literário e teórico francês), não obstante, afirma que os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória. A alusão ou citação ultrapassa estes limites. Reserva ao leitor a satisfação de um conhecimento partilhado de algo que se torna comum entre este e o autor. Cria uma espécie de cumplicidade entre ambos.

O autor faz referência à sensação de um conhecimento compartilhado e de cumplicidade. Considerando a ideia geral do texto, é correto afirmar que esse recurso do texto tem como fundamento a

- a) intertextualidade;
- b) polissemia;
- c) ambiguidade;
- d) modalidade;
- e) saudade.

04. As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura, condenados pelos teóricos da Estilística. Michael Riffaterre (influente crítico literário e teórico francês), não obstante, afirma que os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória.

O vocábulo destacado indica entre as ideias uma relação de

- a) contradição e poderia ser adequadamente substituído por "porém";
- b) oposição e poderia ser adequadamente substituído por "mas";
- c) ressalva e poderia ser adequadamente substituído por "embora";

d) comparação e poderia ser adequadamente substituído por "assim como";

e) contraposição e poderia ser adequadamente substituído por "todavia".

05. As figuras de retórica ou tropos são cooptados pela publicidade como forma de argumentação suasória, embora sua função seja mais apologética do que polêmica.

O vocábulo destacado expressa, no contexto, valor de

- a) dissuasão;
- b) persuasão;
- c) manipulação;
- d) contradição;
- e) coalisção.

06. Expressões como "*mass media*" e "*tropos*" exemplificam no texto o fenômeno do

- a) barbarismo;
- b) neologismo;
- c) anglicismo;
- d) estrangeirismo;
- e) latinismo.

07. Verifica-se erro gramatical em:

- a) Concluindo a análise, constatou-se que a publicidade utiliza as figuras de retórica clássica, em especial a hipérbole, a metáfora, a metonímia, como também os tropos não-clássicos, com o uso da pressuposição, do implícito e do diálogo forjado, quando o tropo comunicacional é acionado.
- b) As figuras de retórica ou tropos são cooptados pela publicidade como forma de argumentação suasória, embora sua função seja mais apologética do que polêmica.
- c) As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura

d) Reserva ao leitor a satisfação de um conhecimento compartilhado de algo que se torna comum entre este e o autor.

e) Nem sempre o seu uso é literal: a introdução de um elemento novo cria um jogo de palavras, tornando a frase contrafeita ou a citação modificada um modo de desmontar estereótipos.

08. ... os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória.

O verbo destacado expressa mudança de estado. Assinale a alternativa em que o verbo indique o mesmo valor.

- a) As pessoas são cada dia mais ressentidas.
- b) Os adolescentes parecem bem confusos.
- c) Aparentemente, o mundo ficou chato.
- d) Os relacionamentos estão voláteis.
- e) O dinheiro continua destrutivo.

09. Não se verifica estrutura de voz passiva em:

- a) constatou-se que a publicidade utiliza as figuras de retórica clássica
- b) quando o tropo comunicacional é acionado
- c) As figuras de retórica ou tropos são cooptados pela publicidade
- d) a satisfação de um conhecimento compartilhado de algo que se torna comum entre este e o autor
- e) As fórmulas fixas da língua, como citações, clichês e frases feitas, são elementos considerados abomináveis na literatura, condenados pelos teóricos da Estilística.

10. Michael Riffaterre (influyente crítico literário e teórico francês), não obstante, afirma que os mesmos podem se tornar elementos de valorização de um texto, despertando a adesão do leitor através de algo já conhecido, que estimula a memória.

A oração destacada poderia ser adequadamente reescrita na forma desenvolvida equivalente:

- a) ao despertar
- b) e despertar
- c) quando despertam
- d) se despertar
- e) enquanto despertassem.

11. Analise o texto a seguir:

Os fatores que fazem os países nórdicos serem muito mais liberais do que o Brasil

É um fato que os países nórdicos adotaram muito mais o Liberalismo do que o Brasil. Os países escandinavos, como a Dinamarca (8º), Islândia (13º), Finlândia (20º), Suécia (22º) e Noruega (28º) são todos considerados majoritariamente livres pelo índice de liberdade econômica, da *Heritage Foundation*, enquanto o Brasil (144º) é considerado majoritariamente não livre.

Esse ranking avalia os países em diversos aspectos como sua segurança jurídica, tamanho do governo, respeito à propriedade privada, eficiência regulatória, liberdade comercial, liberdade do mercado de trabalho e até a abertura de mercado para o restante do mundo.

Esses países só não são considerados ainda mais livres, porque todos perdem muitos pontos na carga tributária e nos gastos do governo. Mesmo assim, os gastos não atrapalham a saúde fiscal dos países, com todas suas contas muito bem equalizadas e controladas. Não há nenhum rombo fiscal por lá como há no Brasil. Esses gastos são majoritariamente em investimentos e para gerar retornos e benefícios a sua população. Por aqui, a arrecadação de impostos é basicamente toda para custear a enorme e inchada máquina pública.

Todos os países nórdicos possuem uma imensa segurança jurídica e também respeito enorme à propriedade privada. As leis trabalhistas são muito mais flexíveis, permitindo um maior dinamismo e adaptabilidade ao mercado de trabalho. Enquanto isso, no Brasil, quebras de contrato e leis mudando as regras do jogo acontecem a todo momento.

Trocias voluntárias e comércio são pouco regulados por lá, tornando os países escandinavos muito atrativos para se empreender. Abrir uma empresa é muito rápido e fácil, enquanto aqui inúmeros alvarás, taxas, diferentes

enquadramentos tributários e regulações são exigidos, além de toda a lentidão e burocratização dos processos de abertura. Essa diferença faz com que o Brasil esteja na péssima posição de 124 no ranking Doing Business, do Banco Mundial, enquanto os países nórdicos estão todos eles entre os 30 melhores países do mundo para se fazer negócios. Como resultado de toda essa liberdade desses países, os níveis de desemprego são baixos, e a população tem renda e qualidade de vida.

Com reformas liberais estruturais, podendo se inspirar nos países livres economicamente como os nórdicos, o Brasil e sua população só têm a ganhar. O país só irá conseguir se desenvolver de forma acelerada quando o ambiente de negócios for mais próspero, quando houver forte segurança jurídica e quando for atrativo para os empreendedores. Isso trará investimentos e desenvolvimento para a nação.

Como consequência, o Brasil terá um forte crescimento da economia, menos desemprego e mais renda, semelhante ao que ocorreu nos países nórdicos que hoje colhem os frutos. Certamente, os indivíduos no país se beneficiarão e terão melhorias em sua qualidade de vida.

*Caio Ferolla é Diretor de Formação do Instituto Líderes do Amanhã. Graduado em Ciências Contábeis e Administração pela FUCEPE, possui uma especialização no exterior em gestão pela Martin College, em Sydney, na Austrália. Atualmente é Controller na Ameriquartz.

Sobre a estruturação e as ideias apresentadas no texto acima, é correto afirmar que:

- a) a tese do autor é a de que o Brasil precisa necessariamente de um ambiente de negócios atrativo para acelerar seu desenvolvimento.
- b) o autor apresenta o maior grau de liberalismo dos países nórdicos como uma opinião pessoal para defender sua tese.
- c) caso o Brasil tenha um forte crescimento da economia, menos desemprego e mais renda, será um país com maiores índices de liberdade econômica.
- d) a regulação excessiva do comércio é o fator que mais tem gerado atraso no desenvolvimento econômico nacional.

e) a rigidez das leis trabalhistas causa desemprego estrutural no Brasil, tendo em vista a pouca adaptabilidade do mercado.

12. Muitos economistas liberais reclamam da alta carga tributária do Brasil, que segundo eles impede o desenvolvimento econômico. Eles parecem esquecer que os países nórdicos possuem cargas tributárias elevadíssimas e são extremamente desenvolvidos.

(Jornal progressista)

O raciocínio acima se fundamenta em uma falácia, pois

- a) desenvolve uma analogia pertinente.
- b) traz um exemplo não relevante.
- c) faz uma confusão entre causa e efeito.
- d) desvia da questão ora discutida.
- e) remove a legitimidade dos liberais.

13. O adjetivo de relação é aquele que apresenta valor semântico objetivo, isto é, não expressa subjetividade ou ponto de vista; é derivado por sufixação de um substantivo; é posposto ao substantivo; e não admite variação em grau.

Assinale a alternativa em que o adjetivo não corresponde à definição acima

- a) países escandinavos;
- b) liberdade comercial;
- c) leis trabalhistas;
- d) países livres;
- e) segurança jurídica.

14. Modalizadores são expressões que revelam, de forma mais ou menos explícita, a opinião subjacente do autor sobre o objeto de seus comentários.

Assinale o segmento em que a ausência dessas expressões traz uma maior objetividade para a enunciação.

- a) Mesmo assim, os gastos não atrapalham a saúde fiscal dos países, com todas suas contas muito bem equalizadas e controladas.
- b) Os países escandinavos, como a Dinamarca (8º), Islândia (13º), Finlândia (20º), Suécia (22º) e Noruega (28º) são todos considerados majoritariamente livres pelo índice de liberdade econômica.
- c) Trocas voluntárias e comércio são pouco regulados por lá, tornando os países escandinavos muito atrativos para se empreender.
- d) Certamente, os indivíduos no país se beneficiarão e terão melhorias em sua qualidade de vida.
- e) diferentes enquadramentos tributários e regulações são exigidos, além de toda a lentidão e burocratização dos processos de abertura.

15. Observe o fragmento a seguir:

Como consequência, o Brasil terá um forte crescimento da economia, menos desemprego e mais renda, semelhante ao que ocorreu nos países nórdicos que hoje colhem os frutos.

Considerando as ideias e estruturas do texto, é possível inferir que:

- a) todos os países nórdicos colhem os frutos de seu ambiente econômico; logo, redação do segmento é coerente.
- b) algum país nórdico não colhe os frutos de seu ambiente econômico; logo, redação do segmento é coerente.
- c) nenhum país nórdico colhe os frutos de seu ambiente econômico; logo, redação do segmento é incoerente.

d) nenhum país nórdico colhe os frutos de seu ambiente econômico; logo, redação do segmento é coerente.

e) todos os países nórdicos colhem os frutos de seu ambiente econômico; logo, redação do segmento é incoerente.

16. Muitas locuções adjetivas podem ser substituídas por adjetivos.

Assinale a opção em que essa substituição é adequada.

- a) Um homem de caráter é raro hoje em dia/característico
- b) As cachorras de raça são caríssimas/racistas
- c) O professor de matemática saiu/matemático
- d) O amor de filho é condicional/filial
- e) As crises do estudante causaram internação/estudantil

17. Leia o texto a seguir.

"O uso excessivo do álcool a longo prazo pode causar problemas ainda maiores ao organismo. Estimula a irritação da mucosa estomacal, causando a gastrite, aumento da pressão arterial, problemas cardiovasculares, hepatite, cirrose, distúrbios do sistema nervoso e danos a órgãos como fígado, coração e pâncreas."

O argumento utilizado nesse texto

- a) está baseado em dados e fatos.
- b) apela para a intimidação do leitor.
- c) é um argumento de autoridade.
- d) é afetivo, apelando para a moral do receptor.
- e) está fundamentado em valores sociais atléticos.

18. Assinale a opção em que a palavra bastante exemplifica uma classe de palavra diferente da das demais frases, indicando intensidade e não quantidade.

- a) Estudamos bastante tempo durante o curso.
- b) Bastante dinheiro foi investido na educação.
- c) Trabalhamos bastante durante o expediente.
- d) Não quero mais atenção. Tenho bastante.
- e) Todos ficaram com bastante raiva depois.

19. "Visam promover a comercialização. O enunciador procura vender determinado produto, utilizando-se de estratégias adequadas ao público-alvo do produto a ser vendido. Ele tem um "interesse a defender".

O enunciado acima sintetiza a finalidade de um texto:

- a) propagandístico;
- b) publicitário;
- c) argumentativo;
- d) dissertativo;
- e) injuntivo

20. Observe o texto abaixo:

Instalação do cartão SIM ou USIM e da bateria

Para instalar o cartão SIM ou USIM e a bateria:

1. Se o dispositivo estiver ligado, pressione [] e selecione Desligar para o desligar.
2. Retire a capa de proteção traseira.
3. Insira o cartão SIM ou USIM.
 - Coloque o cartão SIM ou USIM no dispositivo de modo a que os contatos fiquem virados para baixo.
 - Se não inserir um cartão SIM ou USIM, poderá usar apenas os serviços que não são de rede e alguns menus do dispositivo.
4. Insira a bateria.
5. Volte a colocar a capa de proteção traseira.

Fonte: Manual do Usuário Samsung Galaxy Mini GT S5570.

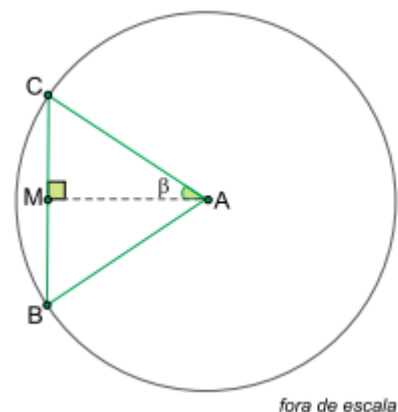
Exemplifica-se acima um texto de tipologia:

- a) injuntiva;
- b) explicativa;
- c) informativa;
- d) descritiva;
- e) narrativa;

MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO, ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

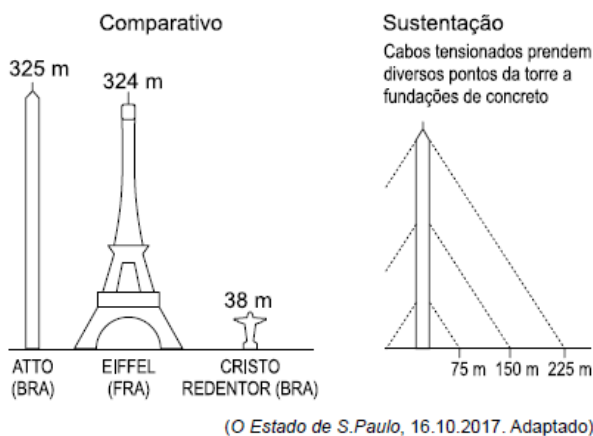
21. Sobre uma circunferência de centro A e raio 10 cm estão os vértices B e C de um triângulo ABC. O ponto M é médio do lado BC e $\beta = \widehat{MAC}$, conforme mostra a figura.



Sabendo que $\sin \beta + \cos \beta = 1,2$, a área do triângulo ABC é

- a) 16 cm^2 .
- b) 18 cm^2 .
- c) 20 cm^2 .
- d) 22 cm^2 .
- e) 24 cm^2 .

22. Inaugurado em agosto de 2015, o Observatório da Torre Alta da Amazônia (Atto, em inglês) é um projeto binacional Brasil-Alemanha que busca entender o papel da Amazônia no clima do planeta e os efeitos das mudanças climáticas no funcionamento da floresta. Construída numa região de mata preservada, dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uamatã, a torre Atto tem 325 m de altura e é a maior estrutura de pesquisa desse tipo em florestas tropicais no mundo.



Considere a torre posicionada perpendicularmente ao solo e admita que o cabo tensionado fixado no solo a uma distância de 75 m da base da torre esteja preso à torre em um determinado ponto, cuja altura, em relação ao solo, seja igual a 100 m.

Nesse caso, o comprimento desse cabo é igual a:

- a) 120 m
- b) 125 m
- c) 130 m
- d) 140 m
- e) 150 m

23. Um crime foi cometido por um atirador. Investigações a respeito desse crime concluíram que ele foi consumado com arma de fogo e que o atirador (que estava em um ponto A) atingiu diretamente duas pessoas que estavam nos pontos B e C. A perícia mediu as distâncias: $AC = 60$ m, AB

$= 40$ m e $BC = 53$ m. A medida do ângulo formado pelas duas direções nas quais o atirador disparou os tiros é mais próxima de

- a) 30°
- b) 45°
- c) 60°
- d) 75°
- e) 90°

24. Foi pedido a três meninas que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Mônica anotou um número menor do que 8, Lara anotou um número menor do que 7 e Sônia anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por essas três meninas é

- a) 19.
- b) 18.
- c) 72.
- d) 124.
- e) 360.

25. Uma papelaria adquiriu um determinado número de folhas de papel A4, embaladas em pacotes de mesma quantidade para facilitar a sua distribuição entre os diversos setores. O material deverá ser entregue pelo vendedor acondicionado em caixas, sem que haja sobras. Se o vendedor colocar 25 pacotes por caixa, usará 16 caixas a mais do que se colocar 30 pacotes por caixa. Calcule o número total de pacotes adquiridos:

- a) 2 200.
- b) 2 000.
- c) 1 800.
- d) 2 400.
- e) 2 500.

26. A coordenadora Dani do Estratégia Concursos recebe a incumbência de enviar pelos Correios x camisas para alunos do Estratégia. Ela percebe que x é maior que 150 e menor que 200. Separando as camisas em grupo de 7 camisas, ela percebeu que sobravam 3 camisas e separando em grupos de 12 camisas, também sobravam 3 camisas. Portanto, a soma dos algarismos de x é igual a:

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

27. Em um órgão com 10 servidores, dois têm 40 anos, quatro têm 21 anos, um tem 25 anos e três têm a mesma idade. Sabendo-se que a média aritmética das idades desses 10 servidores é 30 anos, a idade desconhecida é igual a:

- a) 30
- b) 32
- c) 35
- d) 37
- e) 40

28. Uma instituição financeira pretende lançar no mercado um aplicativo para celular. Para isso, deseja relacionar o grau de conhecimento dos clientes com as variáveis: nível de escolaridade e idade.

Uma amostra aleatória de 46 clientes foi selecionada e, posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão linear, sendo a variável dependente o grau de conhecimento, em uma escala crescente, e as variáveis independentes (i) o nível de escolaridade, em anos de estudo com aprovação, e (ii) a idade, em anos completos.

Os resultados obtidos para os coeficientes foram:

	Coeficientes	Erro padrão	Estatística t	valor-P
Interseção	50,7	4,1	12,4	8,5E-16
Nível de escolaridade (anos de estudo com aprovação)	4,0	0,3	12,4	9,1E-16
Idade (anos completos)	-0,6	0,1	-8,4	1,2E-10

O grau de conhecimento esperado de um cliente com 10 anos de estudos com aprovação e com 30 anos de idade completos é

- a) 108,7
- b) 94,1
- c) 54,1
- d) 72,7
- e) 86,1

Tabela da Distribuição Normal Padrão
 $P(Z < z)$

z	0,0	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998
3,6	0,9998	0,9998	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,7	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,8	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,9	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

29. A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,102 e rejeitar H_0
- c) 2,88 e não rejeitar H_0
- d) 0,002 e rejeitar H_0 .
- e) 0,002 e aceitar H_0

30. A empresa Nosferatu Concursos pega um empréstimo e tem que realizar doze pagamentos mensais, iguais e sucessivos, no valor de R\$ 10.000,00 cada, sendo o primeiro deles ao final do primeiro mês. Tendo problemas de caixa, essa empresa deseja substituir esses pagamentos por um único a vencer ao final do décimo terceiro mês. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 10% ao ano, o valor que mais se aproxima desse pagamento único é

- a) R\$ 200.040,00
- b) R\$ 213.843,00
- c) R\$ 235.227,00
- d) R\$ 256.758,00
- e) R\$ 286.549,00

ECONOMIA

Celso Natale

31. Com base nos conceitos de Contas Nacionais, considere que o país “Macrolândia” envia renda no valor de \$ 5.000 para o exterior e recebe rendas no valor de \$ 8.000.

Considerando a informação acima, é correto afirmar que:

- a) PIB > PNB.
- b) PIB < PNB.
- c) PIB = PNB.
- d) PIB < PNL.
- e) PNL > PNB

32. A ocorrência de um choque industrial negativo, devido à crise em determinados países, fará com que a curva de Phillips no curto prazo:

- a) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma elevação na taxa de inflação.
- b) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- c) não sofra deslocamento, mantendo a taxa de inflação inalterada.
- d) sofra um deslocamento para a direita e ocorra uma redução na taxa de inflação.
- e) sofra um deslocamento para a esquerda e ocorra uma elevação na taxa de inflação.

33. A respeito das taxas de câmbio, analise as afirmativas a seguir:

- I. Diante de desvalorizações cambiais, a taxa de câmbio sofre pressões inflacionárias no regime de câmbio flexível.
- II. Em uma economia aberta com perfeita mobilidade de capitais e regime de câmbio fixo, se a autoridade monetária decidir resgatar títulos públicos, a taxa de juros interna será menor que a externa.
- III. Um regime cambial flutuante consiste na atribuição do governo para intervir no mercado de divisas sempre que a variação de sua moeda em relação a outras aproximar-se de valores previamente estabelecidos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

34. Uma empresa monopolista na cidade do Rio de Janeiro produz seu produto a um custo médio e marginal constantes iguais a $C_{me} = C_{mg} = 20$. Essa mesma empresa defronta-se com uma curva de demanda do mercado descrita por $P(Q) = 60 - Q$.

O lucro desse monopolista é:

- a) 200
- b) 400
- c) 350
- d) 425
- e) 500

35. Gustavo é um potencial investidor que considera tanto os benefícios como os custos esperados para decidir se abre uma barbearia com seu amigo Willian, em São Paulo, ou se vai seguir a carreira de jogador de futebol na Inglaterra.

Com base no exposto acima, assinale a opção que reduz o custo de oportunidade de investir na barbearia.

- a) aumento da taxa de desemprego na Inglaterra.
- b) aumento do salário de jogadores de futebol que atuam na Europa.
- c) aumento do risco de investir em empreendimentos em São Paulo.
- d) aumento das condições econômicas na Inglaterra.
- e) aumento dos custos de se abrir uma barbearia.

FINANÇAS PÚBLICAS*Gabriela Zavadinack*

36. De acordo com o texto constitucional, as diretrizes de política fiscal e o anexo com a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento são conteúdos do(a)

- a) Plano Plurianual.
- b) Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, respectivamente.
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, respectivamente.
- e) Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, respectivamente.

37. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Sobre o tema, julgue os itens subsequentes:

- I. O princípio da totalidade, também chamado de universalidade, preconiza que todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações devem constar na LOA.
- II. O princípio da não afetação da receita determina que nenhum tributo possa ser vinculado a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- III. O princípio da especificação veda a consignação de dotações globais na LOA, ressalvados o Programa Especial de Trabalho e a Reserva de Contingência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) apenas I.
- d) I, II e III.

e) apenas III.

38. Relativamente ao ciclo orçamentário e ao sistema de emendas parlamentares, marque a assertiva correta:

- a) As emendas serão apresentadas no Congresso Nacional, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Comissão Mista de Orçamento.
- b) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado Federal, na forma do regimento interno.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem à Comissão Mista de Orçamento para propor modificação nos projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a votação da parte cuja alteração é proposta.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, cabendo 1,55% às emendas de Deputados e 0,45% às emendas de Senadores.
- e) As emendas ao projeto de lei orçamentária anual poderão ser aprovadas, ainda que possuírem incompatibilidades mínimas com o plano plurianual.

39. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. De acordo com a referida lei:

- a) Classificam-se como despesas de custeio as dotações destinadas a atender a adaptação de bens imóveis.
- b) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções

destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

- c) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções sociais expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.
- d) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, classificam-se como inversões financeiras.
- e) A aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, é classificada como investimento.

40. No orçamento de um dado exercício financeiro, o Município de Arco-íris, após efetuar os devidos cálculos, concluiu que a sua Receita Corrente Líquida resultou no montante de R\$ 900 milhões. O Poder Executivo do Município, ao verificar a sua despesa com pessoal, constatou que havia atingido o montante de R\$ 462 milhões. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

- a) o Poder Executivo receberá o alerta do Tribunal de Contas, visto que ultrapassou 90% do limite máximo de gastos com pessoal.
- b) o Poder Executivo ficará vedado de prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- c) o Poder Executivo ficará vedado de obter garantia de outro ente.
- d) Nada acontecerá, pois o Poder Executivo Municipal não atingiu 90% do limite da despesa com pessoal.
- e) O Município ficará vedado de aumentar a despesa com pessoal, tendo em vista que o Poder Executivo encontra-se no limite prudencial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

41. Em relação ao pagamento, pelo regime de precatórios, das dívidas das empresas públicas e às sociedades de economia mista, é correto afirmar, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores que

- a) as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio estão submetidas ao regime de precatórios.
- b) as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica com finalidade de lucro estão submetidas ao regime de precatórios.
- c) sociedade de economia mista prestadora de serviço público não concorrencial não está sujeita ao regime de precatórios.
- d) é possível a constrição judicial de bens, rendas e serviços das sociedades de economia mista a prestadora de serviço público não concorrencial.
- e) não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.

42. Acerca da responsabilidade civil estatal, à luz da jurisprudência, assinale a alternativa correta

- a) a teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte legítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) mesmo que observe o seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado é responsável pela morte de detento, em face de sua responsabilidade civil objetiva.
- c) não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) o Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, mesmo quando haja ordem ostensiva e clara quanto à proibição de acesso às áreas de risco.
- e) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e subjetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

43. O direito de greve pode ser exercido pelos servidores públicos, nos termos e nos limites definidos em lei específica (art. 37, VII). Apesar de a lei específica ainda não ter sido editada, o entendimento da jurisprudência é o de que a Lei Geral de Greve se aplica aos servidores públicos enquanto não houver regulamentação própria. Acerca do tema, à luz do posicionamento dos Tribunais Superiores, marque a alternativa correta:

- a) é vedado à administração pública o desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos.

- b) é permitido o desconto na remuneração dos dias que ficou paralisado em virtude de greve, mesmo quando demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

- c) o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis.

- d) é possível e razoável o desconto, em parcela única, dos dias parados e não compensados provenientes do exercício do direito de greve, não constituindo direito subjetivo do servidor o pedido de parcelamento.

- e) os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública são permitidos de fazer greve, desde que a paralisação seja previamente aprovada pelo poder público.

44. Acerca da Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário devem respeitar as normas gerais de licitação e contratação estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, no exercício de todas as suas funções.

- b) por expressa previsão legal, a Lei nº 14.133/2021 aplica-se a locação de bens e à concessão e permissão de uso de bens públicos.

- c) as empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, não são abrangidas por nenhuma das disposições da Lei nº 14.133/2021.

- d) o pregão, agora regulado pela Lei nº 14.133/21, é a modalidade licitatória utilizada facultativamente para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

- e) a Lei nº 14.133/2021 introduziu o critério de julgamento denominado maior retorno econômico, que pode ser utilizado para todos os tipos de contratos celebrados pela administração, visando uma maior economia nas contratações públicas.

45. De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei n.º 12.527/2011, o acesso à informação compreende o direito de obter informação:

- a) custodiada por pessoa física em decorrência de qualquer vínculo com órgãos públicos, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- b) a respeito de atividades exercidas pelas entidades administrativas, exceto as relativas à sua política e organização.
- c) relativa ao acompanhamento de resultados de programas, exceto quanto a metas ou indicadores propostos pelos órgãos públicos, que são temas sigilosos.
- d) acerca de resultados de inspeções e prestações de contas, desde que as contas se refiram ao mesmo exercício em que seja realizado o pedido.
- e) referentes a quaisquer projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológico.

46. Acerca da prescrição, no que diz respeito à ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

- a) o novo regime prescricional, instituído pela Lei 14.230/2021, é retroativo, em razão da aplicação dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- b) o prazo de prescrição começa a ser contado a partir da data que a autoridade toma conhecimento do fato, inclusive para as infrações permanentes.
- c) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, noventa dias corridos.
- d) o prazo para conclusão do inquérito civil para apuração do ato de improbidade é de 365 dias, vedada sua prorrogação.
- e) o prazo de prescrição é interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade, e recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade.

**REGIMENTO DISCIPLINAR, ESTATUTO DO
FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO PODER
EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO: LEI Nº 94, DE 14/03/1979 E
ALTERAÇÕES. INTEGRIDADE E
TRANSPARÊNCIA: DECRETO RIO Nº
48.349/2021 E DECRETO RIO 50.021/2021**

Géssica Ehle

47. Lilica Cruz é servidora público no município do Rio de Janeiro. Na semana de seu aniversário, por estar planejando sua festa, acabou saindo mais cedo e chegando atrasada inúmeras vezes. De acordo com o que estabelece o Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, Lilica perderá

- a) o vencimento do dia, se comparecer ao serviço após os 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente
- b) metade do vencimento do dia, se comparecer ao serviço após os 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente
- c) 1/3 (um terço) do vencimento do dia, se comparecer ao serviço após os 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente
- d) 2/3 (dois terços) do vencimento, se comparecer ao serviço após os 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente
- e) em dinheiro, tantos quantos forem os minutos em que estiver fora do exercício

48. De acordo com o Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a falta sujeita à pena de repreensão prescreverá em

- a) 01 ano
- b) 02 anos
- c) 03 anos
- d) 05 anos
- e) 10 anos

49. O Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, define que a suspensão preventiva possa ocorrer por até

- a) até 30 (trinta) dias, vedada qualquer extensão
- b) até 60 (sessenta) dias, vedada qualquer extensão
- c) até 30 (trinta) dias, podendo ser estendida por até 90 (noventa) dias
- d) até 90 (noventa) dias, podendo ser estendida por até 30 (trinta) dias
- e) até 90 (noventa) dias, vedada qualquer extensão

50. De acordo com o Decreto n. 50.021/21, são direitos e garantias do agente público municipal - incluindo a alta administração - em suas relações interpessoais

- a) ter garantida a inviolabilidade da liberdade de consciência e crença sendo, em regra, admitidas atividades religiosas nas repartições públicas, salvo quando autorizadas pela autoridade competente e desde que não interfiram no bom ambiente de trabalho
- b) ter garantida a sua liberdade de associação, vedadas quaisquer restrições legais
- c) ter resguardada a publicidade das informações, inclusive de ordem pessoal
- d) receber tratamento digno e respeitoso por seus pares, sendo vedadas quaisquer condutas degradantes, humilhantes ou similares;
- e) receber igualdade de condições, sendo admitidas, contudo, diferença de salário ou remuneração

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Ricardo comprou um conjunto de talheres em um bazar beneficente organizado por Joana. Ao realizar a compra, ofereceu pelo produto um elevado valor, por acreditar que as peças eram de prata portuguesa. Joana, por sua vez, aceitou o valor oferecido, pois teve a impressão de que Ricardo na verdade queria contribuir para as atividades beneficentes que seriam custeadas pelo bazar. Três anos depois, Ricardo foi utilizar os talheres e percebeu que estavam todos manchados, vindo a descobrir, logo em seguida, que as peças eram feitas de um material metálico barato que imitava a prata.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Ricardo dispõe do prazo decadencial de 4 anos, a partir da descoberta, para ajuizar ação anulatória do negócio jurídico.
- b) Ricardo dispõe do prazo prescricional de 4 anos, a partir da descoberta, para ajuizar ação anulatória do negócio jurídico.
- c) Descabe ação anulatória do negócio jurídico, pois o engano cometido por Ricardo não foi percebido por Joana.
- d) A situação descrita caracteriza hipótese de vício redibitório.
- e) A situação descrita caracteriza hipótese de dolo por omissão.

52. João devia R\$ 5 mil a Augusto. No dia fixado para o pagamento, ao perceber que não dispunha do numerário para pagar a dívida, João ofereceu um valioso relógio em seu lugar, o que foi prontamente aceito por Augusto.

A situação apresentada caracteriza hipótese de:

- a) Dação em pagamento.
- b) Consignação em pagamento.
- c) Novação.
- d) Compensação.
- e) Confusão.

53. Raquel celebrou contrato preliminar de compra e venda, sem cláusula de arrependimento, de um imóvel avaliado em R\$ 1 milhão com Josias, proprietário do bem. O negócio foi formalizado por instrumento particular, sem ter sido levado a registro. Ao concluir o pagamento do imóvel, Raquel foi surpreendida com a recusa de Josias em assinar o contrato definitivo.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato preliminar não tem validade jurídica, já que deveria ter sido formalizado por escritura pública.
- b) Raquel nada pode fazer contra Josias, já que o contrato preliminar não foi registrado.
- c) Josias pode exigir que Raquel primeiramente promova o registro do contrato preliminar para, em seguida, assinar o contrato definitivo.
- d) A única opção de Raquel é pleitear a resolução do contrato preliminar com perdas e danos.
- e) O juiz pode suprir a vontade de Josias, conferindo caráter definitivo ao contrato preliminar, através de uma decisão de adjudicação compulsória.

54. Após sair de uma cirurgia, Rafael, muito satisfeito com o resultado, doou a importância adicional de R\$ 8 mil a Donizete, seu médico, tendo formalizado o negócio jurídico por instrumento particular. No contrato, foi inserida uma cláusula pela qual Rafael renunciava ao direito de revogar a doação por qualquer motivo. Passados oito anos, Rafael descobriu que sua esposa estava mantendo relação extraconjugal com Donizete. Ao tomar satisfação com este, Rafael levou um soco no rosto e foi chamado por nomes pejorativos, como “corno” e “chifrudo”.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Considerado o valor da importância doada, o negócio jurídico deveria ter sido formalizado por escritura pública.

b) A doação não pode ser revogada, face ao princípio do *pacta sunt servanda*.

c) A doação não pode ser revogada, pois Rafael renunciou expressamente à faculdade no contrato.

d) A doação pode ser revogada por motivo da ingratidão.

e) A doação não pode ser revogada por motivo de ingratidão, já que se trata de doação remuneratória.

55. Leudson é curador de Raiana, 25 anos, pessoa com deficiência mental, e dona de um extenso patrimônio. Recentemente, Leudson e Raiana manifestaram sua vontade de se casar no civil.

Com relação à situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Face à deficiência mental de Raiana, o casamento em questão não pode ser consumado.
- b) É nulo o casamento de curador com a curatelada, enquanto não cessada a curatela e saldadas as respectivas contas.
- c) É anulável o casamento de curador com a curatelada, enquanto não cessada a curatela e saldadas as respectivas contas.
- d) Leudson e Raiana podem se casar, mas deverão observar o regime da separação obrigatória de bens.
- e) Leudson e Raiana podem se casar, escolhendo livremente o regime de bens.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

56. Nos termos definidos pela Lei nº 6.404/76, assinale a assertiva na qual o nome empresarial da sociedade anônima não está corretamente indicado:

- a) Transportes Particulares S.A.
- b) Solar Empreendimentos & Companhia.
- c) Veneza Alimentos - Sociedade Anônima.
- d) Cosméticos Ricardo Santos S.A.
- e) Companhia Concessões Rodoviárias S.A.

57. Acerca das sociedades limitadas, é incorreto afirmar:

- a) A sociedade limitada rege-se, nos casos de omissões, pelas normas da sociedade em comandita por ações.
- b) A assembleia será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.
- c) As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram.
- d) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- e) O sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

58. Em se tratando de sociedades cooperativas, assinale a alternativa que não contempla característica do referido tipo societário:

- a) A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
- b) Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.
- c) Dispensa de capital social.
- d) Intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- e) Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, exceto nos casos em que dissolvida a sociedade.

59. Considerando as disposições acerca da sociedade em conta de participação, assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio participante.
- b) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- c) A inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- d) Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio participante.
- e) Sem prejuízo do direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, o sócio participante pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros.

60. Acerca da escrituração, assinale a alternativa correta:

- a) É indispensável o Diário, não podendo ser substituído por fichas.
- b) A adoção de fichas dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.
- c) A confissão resultante da recusa na apresentação dos livros não pode ser elidida, ainda que exista prova documental em contrário.
- d) A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.
- e) É vedada a escrituração resumida do Diário.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

61. Sobre aprendizado de máquina:

- a) se os rótulos se referem a um conjunto infinito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama regressão.
- b) se os rótulos se referem a um conjunto finito e ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação
- c) se os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores categóricos a tarefa se chama classificação
- d) Se os rótulos se referem a um conjunto infinito de valores numéricos contínuos a tarefa se chama classificação.
- e) se os rótulos se referem a um conjunto finito e não ordenado de valores numéricos a tarefa se chama classificação

62. Analise as afirmativas abaixo e marque a incorreta:

- a) Algoritmos de Deep Learning possibilitam que o computador aprenda sozinho através do reconhecimento de padrões.
- b) Deep Learning é um ramo da Machine Learning usado para treinar computadores para realizar tarefas de forma parecida ao ser humano.
- c) Deep Learning é um outro ramo da Inteligencia Artificial que, com o uso de redes neurais, utilizam padrões e métodos completamente dissociados da Machine Learning
- d) Para usar algoritmos de Deep Learning devemos ter uma grande quantidade de dados e um bom poder computacional.
- e) A modelagem probabilística consiste na aplicação dos princípios da estatística à análise de dados.

63. As três fases principais do ETL, em sua sequência de atuação, são:

- a) Carregamento, extração transformação
- b) Transformação, extração, carregamento.
- c) Extração, Transformação, Carregamento.
- d) Carregamento, transformação, extração.
- e) Limpeza, carregamento, descarga.

64. Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) O Volume do Big Data diz respeito a grande quantidade de dados gerada por segundo.
- b) A Velocidade do Big Data diz respeito a necessidade de baixa velocidade de processamento para que haja a compatibilidade com os demais sistemas de comunicação.
- c) A Veracidade do Big Data diz respeito a capacidade de novas assertivas que a tecnologia pode criar
- d) A Variedade do Big Data diz respeito ao fato dele lidar apenas com dados estruturados
- e) O Valor do Big Data refere-se ao fato de que ele lida com dados de menor importância para o negócio da empresa.

65. Um modelo com baixo viés e alta variância indica que:

- a) Trata-se de um modelo que possui boa precisão em suas previsões com dados de treino (overfitting), mas que varia bastante quando aplicado a novos dados.
- b) Trata-se de um modelo que possui péssima precisão em suas previsões com dados de treino (underfitting), mas que varia pouco quando aplicado a novos dados.
- c) Trata-se de um modelo que possui ótima precisão em suas previsões com dados de treino e que varia muito pouco quando aplicado a novos dados.
- d) Trata-se de um modelo que possui péssima precisão em suas previsões com dados de treino e que varia bastante quando aplicado a novos dados.
- e) Não existe esse modelo.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fernando Pedrosa

Acerca de **Análise de Pontos de Função**, julgue os itens subsequentes.

66. Sobre análise de pontos de função (APF), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Pode ser usada para medir diretamente esforço, produtividade ou custo, desde que sejam utilizados os fatores de ajuste.
- b) Mede o tamanho do software, quantificando tarefas e serviços.
- c) Baseia-se primariamente no projeto lógico da implementação.
- d) Mede as funcionalidades fornecidas do ponto de vista do usuário.
- e) É independente de tecnologia utilizada.

Acerca de **GED e Portais Corporativos**, julgue os itens subsequentes.

67. O que é OCR em relação ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)?

- a) É um método para converter documentos físicos em documentos digitais.
- b) É uma técnica para indexar e classificar documentos.
- c) É uma tecnologia que permite a captura de caracteres a partir de uma imagem digitalizada.
- d) É uma técnica para o armazenamento de documentos.
- e) É um método para controlar o fluxo de trabalho de documentos.

Acerca de **SOA e Web Services**, julgue os itens subsequentes.

68. No contexto de serviços RESTful, os métodos HTTP são utilizados como meios de acessar recursos com operações associadas. Assinale a alternativa que corresponde, semanticamente, às operações de inserção, atualização, leitura e exclusão em métodos HTTP.

- a) GET, DELETE, PUT, POST.
- b) PUT, GET, POST, DELETE.
- c) POST, GET, PUT, DELETE.
- d) POST, PUT, GET, DELETE.
- e) PUT, POST, DELETE, GET.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*André Castro*

69. Quanto aos conceitos de autenticação, autorização e auditoria, julgue os itens e marque o incorreto:

- a) O recurso de Single Sign On é recomendado como boa prática em ambientes que possuem múltiplos serviços e sistemas, reduzindo a descentralização de informações de autenticação
- b) O recurso de MultiFator de autenticação é recomendado como boa prática de segurança, ainda que traga maior burocracia no processo de autenticação
- c) Como boa prática na gestão de senhas, recomenda-se que o usuário mantenha senhas diferentes para cada necessidade, podendo se valer de ferramentas de gestão de senhas para tal finalidade
- d) Considera-se um processo de duplo fator de autenticação quando, para um mesmo serviço, durante o processo de autenticação, utiliza-se o recurso de biometria por meio da digital e pela íris.
- e) Em sessões de usuário logados, deve-se habilitar o recurso de desconexão automática após um período de inatividade.

70. A infraestrutura de chaves públicas brasileira é conhecida como ICP-BRASIL. A respeito de suas características, podemos afirmar:

- a) Tanto o par de chaves público e privado, como as possíveis chaves para criptografia simétrica são armazenadas no certificado.
- b) Somente as autoridades de registro recebem solicitações para geração de certificados digitais.
- c) Somente as autoridades certificadoras realizam a revogação de certificados digitais.
- d) Nos certificados digitais, tanto a chave pública quanto privada, são armazenados, devendo o certificado digital ter acesso restrito.

- e) A ICP possui uma camada de auto reconhecimento, representada por certificados auto assinados para a AC-RAIZ e todas as AC's derivadas desta.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

71. empresa de Mineração mudou a sua sede regional de São Paulo para o Rio de Janeiro. Para isso, comprou um prédio de cinco andares e alugou os apartamentos desse prédio para os seus empregados, que precisaram se mudar. Assinale a alternativa que indique a correta contabilização do prédio no balanço patrimonial da empresa.

- a) Propriedade para Investimento
- b) Ativo Imobilizado
- c) Receita antecipada
- d) Ativo Diferido
- e) Ativo Realizável a Longo Prazo

72. Uma empresa apresentava, em 31/12/2020, os saldos a seguir.

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000;
- Clientes (90 dias): R\$ 80.000;
- Contas a receber (120 dias): R\$ 30.000;
- Ativo fiscal diferido R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 62.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 180.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (240 dias): R\$ 80.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 65.000;

- Provisão para 13º salário: R\$ 85.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 90.000.
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Ativo não circulante mantido para vendas: R\$ 50.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2020, era de

- a) R\$ 531.000.
- b) R\$ 527.000.
- c) R\$ 556.000.
- d) R\$ 486.000.
- e) R\$ 446.000.

73. Uma empresa comercial adquiriu mercadorias para o seu estoque, a prazo, no valor de \$ 100.000, com tributos recuperáveis de \$ 20.000 e ajuste a valor presente de fornecedores a pagar de \$ 10.000. Assinale a alternativa com a contabilização correta dessa operação.

- a) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000.
- b) Débito: Estoques, \$ 90.000; Débito: Ajuste a valor presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- c) Débito: Estoques, \$ 80.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.
- d) Débito: Estoques, \$ 100.000; Débito: Despesa financeira de fornecedores, \$ 10.000, Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 90.000; Crédito: Receita com tributos recuperáveis, \$ 20.000.
- e) Débito: Estoques, \$ 70.000; Débito: Tributos a recuperar, \$ 20.000; Débito: Ajuste a valor

presente de fornecedores, \$ 10.000; Crédito: Fornecedores a pagar, \$ 100.000.

74. Uma empresa celebrou um contrato com um cliente para construir um navio por R\$ 1.000.000. ao término da construção, haverá uma inspeção realizada por empresa especializada e independente e se os parâmetros de qualidade estabelecidos no contrato forem atingidos ou superados, a empresa que construiu o navio terá direito a bônus adicional de 30% sobre o preço definido no contrato. Levando em consideração seus controles de qualidade no processo produtivo, essa entidade estima que a probabilidade de atingir ou superar a meta é de 70%.

Assim, o valor da contraprestação fixa mais a variável é de:

- a) R\$ 910.000;
- b) R\$ 950.000;
- c) R\$ 1.000.000;
- d) R\$ 1.210.000;
- e) R\$ 1.300.000.

75. A empresa S2 possuía uma máquina que estava reconhecida no Balanço Patrimonial em 30/04/2022 com os seguintes valores:

- Máquina: R\$ 220.000,00; e,
- Depreciação acumulada: R\$ 30.000,00.

Tendo em vista que a empresa vai desativar essa linha de negócios, ela resolveu colocar a máquina à venda, classificando como ativo não circulante mantido para venda de acordo com a NBC TG 31. A Máquina está disponível para venda nas condições em que se encontra, sendo que a venda é tida como altamente provável e espera-se que ocorra em até seis meses. Sabe-se que a estimativa de valor de venda desta máquina é de R\$ 180.000,00. As despesas estimadas para se vender a máquina são de R\$ 4.000,00. Considerando exclusivamente tais informações e a NBC TG 31 (R3) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, informe a conta e o valor que tal ativo deve ser reconhecido em 30/04/2022.

- a) Ativo não circulante mantido para venda (AC) R\$ 176.000,00
- b) Ativo não circulante mantido para a venda (Añc) R\$ 186.000,00
- c) Máquina mantida para venda (AC) R\$ 180.000,00
- d) Máquina mantida para venda (Añc) R\$ 190.000,00
- e) Imobilizado (Añc) 190.000,00

76. Uma sociedade empresária optante do lucro real apresentou as seguintes despesas, custos e receitas em 2021:

- Receita de serviços prestados: R\$ 1.000.000,00;
- Receita de equivalência patrimonial: R\$ 100.000,00;
- Custos dos serviços prestados: R\$ 400.000,00;
- Despesa com PECLD: R\$ 50.000,00;
- Despesas com provisão para processos trabalhistas: R\$ 200.000,00; e,
- Despesas com multas: R\$ 150.000,00.

A sociedade empresária apresenta histórico de lucratividade e um estudo detalhado que também prevê a apuração de lucro nos próximos cinco anos.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o lucro líquido (contábil) da sociedade empresária, em 31/12/2021, considerando a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34% foi:

- a) R\$ 96.000,00
- b) R\$ 119.000,00
- c) R\$ 181.000,00
- d) R\$ 198.000,00
- e) R\$ 300.000,00

77. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- a) R\$ 24.000.
- b) R\$ 105.000.
- c) R\$ 176.000.
- d) R\$ 207.000.
- e) R\$ 225.000.

78. São itens evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, mas que NÃO alteram o total do Patrimônio Líquido:

- a) Lucro Líquido do Exercício e constituição da Reserva Legal.
- b) Reversão da Reserva para Contingência e constituição da Reserva de Lucros a Realizar.
- c) Distribuição de dividendos e aumento de capital social com capitalização de reservas.
- d) Aquisição de ações de emissão da própria empresa e constituição da Reserva de Incentivos Fiscais.
- e) Aumento de capital social com integralização em dinheiro e absorção de prejuízos com Reservas de Lucros.

79. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado do ano de 2022 da empresa **Mercado Central BH S.A.** são apresentados nos dois quadros a seguir:

Mercado Central BH S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 31/12/2022 – em reais

ATIVO	31/12/2021	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2022
Ativo circulante	364.000	572.000	Passivo circulante	312.000	521.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	120.000	244.000	Fornecedores	132.000	130.800
Duplicatas a Receber de Clientes	112.000	146.000	Empréstimos	180.000	388.000
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(14.000)	Dividendos a Pagar	-	2.760
Estoques	132.000	196.000			
Ativo não circulante	288.000	336.000	Passivo não circulante	-	40.000
Investimentos			Provisão para Riscos Fiscais	-	40.000
Propriedades para Investimento	28.000	72.000			
Imobilizado	168.000	264.000	Patrimônio Líquido	340.000	346.440
Equipamentos	92.000	-	Capital Social	300.000	300.000
Terrenos	-	-	Reservas de Lucros	40.000	46.440
TOTAL DO ATIVO	652.000	908.000	TOTAL DO PASSIVO - PL	652.000	908.000

Mercado Central BH S.A.	
Demonstração do Resultado - Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 – Em reais	
Receitas Líquidas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(520.000)
(=) Resultado com Mercadorias	296.000
(-) Despesas Operacionais	(14.000)
- Perdas Estimadas com Clientes	(90.000)
- Vendas	(100.800)
- Administrativas	(24.000)
- Depreciação	(40.000)
- Provisão para Riscos Fiscais	(8.000)
- Diversas	-
(+/-) Outras Receitas e Despesas	10.000
Ajuste a valor justo de Propriedades para Investimento	(40.000)
Despesas Financeiras	20.000
Lucro na Venda de Terrenos	-
(-) Resultado Líquido	9.200

Sabe-se que no ano de 2022 a empresa não vendeu investimentos e equipamentos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais foi, em reais,

- a) 8.000 (positivo).
- b) 4.000 (positivo).
- c) 2.000 (negativo).

- d) 18.000 (positivo).
- e) 4.000 (negativo).

80. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

81. O artigo 134, § 1º, da Constituição Federal dispõe que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos. Essa norma constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
- b) contida e aplicabilidade diferida.
- c) limitada, declaratória de princípio programático.
- d) contida e aplicabilidade imediata.
- e) plena e aplicabilidade direta e imediata.

82. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador Do Estado Alfa, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

83. Analise as seguintes afirmativas:

I – Ricardo é Vice-Governador do Estado X pelo segundo mandato consecutivo, após pesquisas internas, seu partido entendeu que não seria viável que ele se candidatasse para o cargo de governador, de tal forma, pretende o partido que ele concorra, novamente ao cargo que ocupa.

II - Mariana é Governadora do Estado Y em primeiro mandato e decide, em julho do ano das Eleições, se candidatar à Presidência da República, razão pela qual renúncia ao governo do estado.

III - Tarso é brasileiro nato, tem 30 anos, não possui cargo eletivo e pretende se candidatar a vereador do Município Alfa nas eleições municipais de 2024. Tarso era casado com Júlia, prefeita do Município Alfa (mandato 2021-2025) até o divórcio do casal em 2022.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Ricardo não poderá ser candidato, Mariana e Tarso sim.
- b) Tarso não poderá ser candidato, Ricardo e Mariana sim.
- c) Mariana não poderá ser candidata, Ricardo e Tarso sim.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

84. O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.
- b) A lei é constitucional em razão da competência dos estados para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.
- c) A lei é constitucional, pois, embora seja de competência da União explorar os serviços e instalações de energia elétrica e legislar sobre energia, trata-se de lei que versa sobre direito do consumidor, matéria de competência dos estados.
- d) A lei é inconstitucional por violação à competência dos Municípios para legislar sobre a prestação do serviço de energia.
- e) Não é cabível a propositura de ADI, por se tratar de lei estadual, devendo a referida lei ser atacada por meio de ADPF.

85. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

e) Juiz de Direito.

86. Alguns partidos políticos com representantes na Câmara dos Deputados fizeram um acordo para tornar viável a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando apurar declaração de Ministro da Educação que admitiu que o Poder Executivo priorizava o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a prefeituras indicadas por líderes religiosos. A partir desse acordo, foram colhidas 171 assinaturas de deputados, foi indicado o período de funcionamento da CPI e encaminhado o requerimento de instauração ao órgão diretivo competente. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- a) O requerimento de instauração tem natureza de comunicação, de forma que a colheita de assinaturas é suficiente para a que a CPI seja instaurada.
- b) A instauração da CPI depende do juízo valorativo da Mesa Diretora, que irá avaliar a sua conveniência para o regular desenvolvimento das atividades da Casa Legislativa.
- c) A CPI não pode ser instaurada, já que o requerimento não possui o número mínimo de assinaturas e não indica fato certo e determinado a ser apurado.
- d) A instauração da CPI necessita de autorização da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- e) A CPI deve ser instaurada, enquanto direito da minoria, o que não pode ser barrado pela vontade da maioria parlamentar ou de órgão diretivo da Casa Legislativa.

87. A Constituição do Rio de Janeiro admite a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para sucessivos mandatos. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6721/RJ, trouxe o seguinte entendimento:

- a) A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara

dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.

- b) É inconstitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam, sendo-lhes permitida uma única recondução.
- c) Os Estados-membros têm autonomia para definição de mandatos e de reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa.
- d) A reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa é permitida. Entretanto, para os que ocupam a presidência do órgão há limitação de uma única recondução, em razão de fazerem parte da linha de substituição do Governador.
- e) É vedada a reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa para terceiro mandato consecutivo, salvo se em legislaturas diferentes.

88. José, professor de Direito Constitucional, ao lecionar sobre as diferentes concepções de Constituição, explicou aos seus alunos que “de nada serve o que se escreve numa folha de papel se não se ajusta à realidade, aos fatores reais e efetivos do poder”.

Tal explicação se ajusta a uma concepção:

- a) Política, idealizada por Hans Kelsen;
- b) Jurídica, idealizada por Carl Schmitt;
- c) Normativa, idealizada por Karl Marx;
- d) Sociológica, idealizada por Ferdinand Lassalle;
- e) Pós-positivista, idealizada por Konrad Hesse.

89. O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

90. O direito à privacidade não possui previsão constitucional expressa enquanto espécie, mas sim como gênero. Nesse sentido, leciona Novelino (2022, p. 385) que “para proteger a privacidade (gênero) permitindo ao indivíduo conduzir a própria vida da maneira que julgar mais conveniente, sem intromissão da curiosidade alheia, a Constituição assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem (espécies).

Levando em conta os diversos aspectos da privacidade, é possível afirmar que:

- a) O direito geral à privacidade é garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes legalmente no Brasil, isto é, aqueles portadores de um CPF.
- b) A violação à honra, segundo previsão constitucional, não se sujeita à indenização, dada a imaterialidade do direito.

- c) O conceito de intimidade do indivíduo pode ser compreendido como a junção de todas as informações a ele relativas.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, havendo, contudo, possibilidade de mitigação da inviolabilidade.
- e) São invioláveis as comunicações telefônicas, não havendo qualquer hipótese de mitigação desse direito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

91. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

92. Em relação às previsões do Código Tributário Nacional sobre os Empréstimos Compulsórios, julgue os itens a seguir:

- I -) Somente podem ser instituídos pela União.
- II-) Possui como Fato Gerador a guerra externa ou sua iminência, assim como a calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
- III-) Resolução do Senado Federal fixará obrigatoriamente o prazo do empréstimo e as condições de seu resgate.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

93. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização do valor monetário da Base de Cálculo do Tributo, até o limite do Índice Oficial de Correção Monetária.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

94. Assinale dentre as alternativas abaixo àquela que não corresponde a uma característica previstas às Contribuições Residuais:

- a) Instituída por Lei Complementar.
- b) Pode ser cumulativa.
- c) Não pode ter Base de Cálculo idêntica a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- d) Não pode ter Fato Gerador idêntico a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- e) Só podem ser instituídas pela União.

95. Em relação à Imunidade Tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) A imunidade recíproca reconhecida constitucionalmente às entidades políticas não pode ser reconhecida às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sejam quais forem as finalidades a que se dedicarem tais entidades.
- II-) A Imunidade Recíproca não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.
- III-) É vedado instituir e cobrar taxa de coleta de lixo de um terreno baldio de propriedade de instituição religiosa.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

96. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo a estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

97. Segundo o CTN, não é caso de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- a) moratória.
- b) anistia.
- c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- d) parcelamento.
- e) remissão.

98. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, ainda que a capacidade mental do sujeito passiva esteja totalmente comprometida.
- II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

99. Sobre a suspensão, exclusão e extinção do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.
- II-) O pagamento de um crédito, quando parcial, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- III-) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

100. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) Incide imposto de renda (IR) sobre o preço recebido em virtude de cessão com deságio de precatório.
- II-) É devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins pagas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida.
- III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.

d) III, apenas.

e) II e III, apenas.

101. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.
- b) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- e) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

102. O Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN traz a norma conhecida popularmente como “norma geral antielisão”, afirmando que a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária. Sobre este assunto, e conforme o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Na Elisão Fiscal há ocultação do fato gerador por parte do sujeito passivo, havendo sonegação fiscal.
- b) Na Evasão Fiscal o contribuinte utiliza um meio permitido na legislação com o objetivo de pagar menos tributos.
- c) A denominação “norma antielisão” é de ser tida como inapropriada, cuidando o dispositivo de questão de norma de combate à evasão fiscal.
- d) A referida norma é autoaplicável, não dependendo de regulamentação por lei ordinária.
- e) A norma viola a Constituição ao ferir o Princípio da Legalidade.

103. A Indústria ABCXY Ltda., era devedora de IPI, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2022, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2022. Ocorre que somente no dia 12/06/2022 a empresa declarou ao Fisco seu débito de IPI no valor de R\$450.000,00, e efetuou o pagamento de R\$320.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$130.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.

- d) Há um prazo prescricional para o Fisco cobrar a diferença de R\$130.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

104. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

105. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

CRIMES CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA*Antônio Pequeno*

106. De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, caso o juiz verifique onerosidade excessiva das penas pecuniárias relativas aos crimes praticados contra a ordem tributária, ele poderá reduzi-las, no máximo, até a

- a) terça parte.
- b) metade.
- c) décima parte.
- d) sexta parte.
- e) sétima parte.

107. A respeito dos crimes contra a ordem tributária, observado o disposto na Lei n.º 8.137/1990 e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- a) O comerciante que, ainda que de maneira eventual, não recolher aos cofres públicos valor de ICMS cobrado do adquirente de mercadoria incorrerá em crime de apropriação indébita tributária.
- b) O crime de apropriação indébita tributária é próprio, de forma que somente pode ser cometido por quem detenha a condição de sujeito passivo da obrigação tributária, seja como contribuinte ou responsável tributário.
- c) O crime de apropriação indébita tributária não exige o dolo específico de apropriação, motivo por que se mostra suficiente a constatação de reiteração da conduta, ainda que sob a modalidade culposa.
- d) O crime de apropriação indébita tributária é de natureza material e, portanto, não prescinde da conclusão do processo administrativo fiscal para fins de encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público.
- e) O crime de apropriação indébita tributária exige a ocorrência de fraude para que haja a caracterização do tipo penal.

108. A conduta de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria constitui

- a) crime de contrabando.
- b) crime de descaminho.
- c) crime de sonegação de contribuição previdenciária.
- d) mero ilícito fiscal-aduaneiro, sem repercussão na esfera penal.
- e) mero ilícito fiscal-tributário que sujeita a respectiva mercadoria a perdimento, sem repercussão na esfera penal.

109. No crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal).

- a) a jurisprudência dos tribunais superiores não admite falar em inexigibilidade de conduta diversa como fundamento de exclusão de culpabilidade do agente do crime.
- b) o pagamento subsequente ao lançamento e ao oferecimento da denúncia não tem qualquer efeito na esfera penal.
- c) a sentença de perdão judicial não gera reincidência específica para qualquer de seus efeitos legais.
- d) o pagamento não tem como extinguir a punibilidade.
- e) admite-se a tentativa na forma simples da conduta.

110. O perdão judicial no crime de apropriação indébita previdenciária exige como condição que

- a) sendo o réu primário e de bons antecedentes, seja o valor da apropriação igual ou inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.
- b) sem avaliação de condição pessoal, seja a apropriação inferior ao valor do salário mínimo de contribuição.
- c) se reincidente, além do pagamento da contribuição devida até a denúncia, também o pagamento de multa administrativamente imposta.
- d) sendo o réu primário e de bons antecedentes, tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida.
- e) tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida e seja o valor da apropriação inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Rafael Rocha

111. Com base no CTM do Rio de Janeiro, assinale a opção correta, acerca do ISS:

- a) Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos, apenas, ao imposto previsto no artigo anterior, desde que sejam prestados com fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções nela contidas.
- b) O imposto não incide sobre a prestação de serviços pelos profissionais autônomos.
- c) São responsáveis pelo ISS os contratantes de obras e serviços, no caso de descumprimento de qualquer das condições para fruição de benefícios fiscais relacionados ao empreendimento, pelo respectivo imposto devido pelos construtores, empreiteiros e demais prestadores de serviços.
- d) É pessoalmente responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos legais o prestador de serviço, quando receber seu valor integralmente, sem a retenção do ISS pelo responsável.

e) A base de cálculo é o valor venal do serviço.

112. Acerca da base de cálculo do ISS, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta:

I. Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos e, no caso de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, os ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

II. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra e encargos sociais, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

III. Quando se tratar de organização de viagens ou excursões, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como a hospedagem e gastos com alimentação dos viajantes ou excursionistas.

IV. Nos serviços de exibição de filmes cinematográficos, a base de cálculo será a receita dos exibidores, deduzida dos pagamentos efetuados aos distribuidores, ainda que esses dispêndios não sejam tributados pelo Município

São corretos, apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) II.

113. Nos termos do CTM, em se tratando de falta de pagamento do ISS causado por omissão de receitas, a multa aplicável será de:

- a) 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o imposto apurado.
- b) 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o imposto retido.
- c) 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o imposto devido.
- d) 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o imposto cobrado em separado.
- e) 250% (duzentos e cinquenta por cento) sobre o imposto arbitrado.

114. De acordo com o CTM, não está(ão) isento(s) do IPTU:

- a) os imóveis utilizados por empresas da indústria cinematográfica, por laboratórios cinematográficos, por estúdios de filmagem e de sonorização, por locadoras de equipamentos de iluminação e de filmagem de cinema e de vídeo e por distribuidores que se dediquem, exclusivamente, a filmes brasileiros, naturais ou de enredo.
- b) Os imóveis cujos possuidores sejam pessoas jurídicas de direito público externo, quando destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado.
- c) As áreas que constituam reserva florestal, definidas pelo Poder Público, e as áreas com mais de 1 hectare efetivamente ocupadas por florestas.
- d) Os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental nas áreas exclusivamente destinadas a essa atividade.
- e) As casas paroquiais e/ou construções anexas situadas nos mesmos terrenos dos templos, diretamente relacionadas às atividades religiosas ou à prestação de serviços sociais.

115. De acordo com o CTM, não constitui um fator de correção para os imóveis não edificadas:

- a) Fator S - Situação.
- b) Fator L - Restrição Legal.
- c) Fator A - Acidentação Topográfica.
- d) Fator P – Posição.
- e) Fator D - Drenagem.

116. De acordo com o CTM, a alíquota do IPTU aplicável aos imóveis não edificadas é de:

- a) 3%.
- b) 2%.
- c) 2,5%.
- d) 2%.
- e) 1%.

117. De acordo com o CTM, pode-se afirmar que são tributos sujeitos ao autolancamento, ficando atribuído ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem o prévio exame da autoridade competente:

- a) ISS, Taxa de Licença para Estabelecimentos e COSIP.
- b) ISS, Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos e Taxa de Fiscalização de Cemitérios.
- c) ISS, Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos e COSIP.
- d) ISS, COSIP e Taxa de Fiscalização de Cemitérios.
- e) IPTU, Taxa de Fiscalização de Transportes Coletivos e Taxa de Fiscalização de Cemitérios.

118. Pode-se afirmar que, de acordo com o CTM, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa:

- a) suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 90 (noventa) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- b) suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, até a distribuição da execução fiscal.
- c) interromperá a prescrição, para todos os efeitos de direito.
- d) suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias.
- e) suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

119. Compreendem-se na definição do fato gerador do ITBI as seguintes mutações patrimoniais, envolvendo bens imóveis ou direitos a eles relativos, exceto:

- a) dação em pagamento.
- b) arrematação ou adjudicação em leilão extrajudicial.
- c) transferência de bem ou direito ao patrimônio de pessoa jurídica para pagamento de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital.
- d) tornas ou reposições que ocorram nas partilhas ou divisões efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal, por separação judicial ou divórcio.
- e) transmissões inter vivos gratuitas sob condição.

120. Com base no que prevê o CTM, assinale a opção correta acerca da responsabilidade por infrações:

- a) A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- b) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer

procedimento administrativo, ou medida de fiscalização, relacionado com a infração.

- c) A responsabilidade é pessoal do agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, ainda que praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
- d) A responsabilidade é pessoal do agente quanto às infrações em cuja definição o dolo genérico do agente seja elementar.
- e) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, dos juros e da multa de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Rafael Henze

121. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de competência municipal, limitado pelas regras da Constituição e das Leis Complementares sobre o tema.

É correto afirmar que, de acordo com a Legislação Tributária editada pelo Município do Rio de Janeiro o referido imposto incide sobre:

- a) a prestação de serviço dos Diretores de sociedades.
- b) os serviços prestados sem a obtenção de resultado financeiro
- c) a prestação de serviços em relação de emprego.
- d) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- e) o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

122. Pedro firmou contrato para alugar imóvel de sua propriedade situado no Rio de Janeiro com Maria (locatária), inserindo no contrato uma cláusula que transferia a responsabilidade tributária do recolhimento do IPTU para Maria.

Após firmado o contrato, Pedro enviou cópia para a Secretaria Municipal de Fazenda para ciência do órgão fazendário.

Diante desse cenário assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- a) Após a ciência da alteração efetuada, a Coordenadoria do imposto tem até 45 dias para alterar proceder à mudança da titularidade do imóvel.
- b) Sendo Maria locatária, é possuidora a qualquer título, razão pela qual pode ser cobrada pelo Fisco municipal apenas em relação às competências posteriores à assinatura do contrato.
- c) Tal transferência de responsabilidade tributária pelo recolhimento dos tributos prevista nesse contrato seria possível caso houvesse previsão legal nesse sentido.
- d) Maria é também contribuinte de direito, possuindo solidariamente relação jurídico-tributária com o Fisco municipal em razão desta locação.
- e) A alteração da sujeição passiva apenas surtirá efeito em relação ao exercício seguinte ao do ato que causou a mudança.

123. Com o fim da sociedade conjugal da qual faziam parte, Fernanda e Antônio precisam partilhar seu patrimônio comum, constituído de dois imóveis (um no valor de R\$ 600.000,00 e outro no valor de R\$ 1.000.000,00). Conversando sobre o assunto, consideraram 3 possibilidades:

- I. Na primeira, Fernanda fica com o imóvel de valor menor, cabendo a Antônio o imóvel de maior valor, sem qualquer tipo de compensação
- II. Na segunda possibilidade, observada a mesma divisão de imóveis, Antônio compensa Fernanda pagando-lhe R\$ 200.000,00;

III. A terceira possibilidade considera que após a partilha dos bens, Antônio, que teria ficado com o imóvel de maior valor, vende seu imóvel para Fernanda.

Com relação aos cenários apresentados,

- a) o ITBI incide nas possibilidades I e II
- b) o ITCMD incide na possibilidade III.
- c) não incide tributo em nenhuma das partes do excesso.
- d) o ITBI incide na possibilidade III, descontado o valor já recolhido na partilha dos bens efetuada entre os cônjuges
- e) Não incidirá ITBI apenas na 1ª possibilidade

124. Sobre a base de cálculo do IPTU no Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial servirá de piso para o cálculo da base de cálculo do ITBI.
- b) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor da unidade imobiliária, assim considerada a edificação mais a área ou fração ideal do terreno a ela vinculada
- c) Para efeito de cálculo do valor venal, considera-se unidade imobiliária a edificação mais a área ou fração ideal do terreno a ela vinculada.
- d) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial é obtida considerando o valor venal da edificação descontado o valor do excesso de área.
- e) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana será aumentada em 5% por ano caso não haja plano construtivo para o imóvel.

125. Ao fiscalizar um estabelecimento no qual funciona irregularmente uma escola no Rio de Janeiro, o Fiscal percebeu que além da não inscrição no cadastro do Prefeitura, a escola não pagou o imposto devido pela prestação dos serviços.

No Auto de Infração a ser lavrado deverá constar qual multa para sancionar essa conduta?

- a) 250% sobre o imposto apurado a partir de uma base de cálculo arbitrada
- b) 150% sobre o imposto apurado a partir de uma base de cálculo arbitrada
- c) 150% sobre o imposto apurado a partir de uma base de cálculo estimada
- d) 100 % sobre o imposto apurado a partir de uma base de cálculo arbitrada
- e) 250% sobre o imposto apurado a partir de uma base de cálculo estimada

126. A empresa Beta, sediada em São Paulo, foi contratada pela empresa Gama, sediada em Niterói, para fazer efetuar a demolição de um imóvel de sua propriedade, no Município do Rio de Janeiro.

O imposto devido pela citada operação e o ente competente para sua cobrança são:

- a) ISS para o Rio de Janeiro
- b) ICMS para São Paulo
- c) ISS para Niterói
- d) ICMS para o Rio de Janeiro
- e) ISS para São Paulo

127. Augusto, aposentado e morador de Copacabana, com 61 anos de idade, em conversa informal com um vizinho, foi informado de que teria direito à isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, caso preenchesse os seguintes requisitos: (1) ter renda mensal total de até cinco salários mínimos; (2) ser titular de um único imóvel utilizado para sua residência; (3) que esse imóvel tenha no máximo 80 metros quadrados; e (4) não ter realizado operação de compra e venda de imóvel nos últimos cinco anos.

Em relação às informações fornecidas pelo vizinho de Augusto, considerando os balizamentos oferecidos pelo Código Tributário do Município do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) apenas as informações 1 e 2 estão certas;
- b) apenas as informações 1 e 4 estão certas;
- c) apenas as informações 2 e 3 estão certas;
- d) apenas as informações 2, 3 e 4 estão certas;
- e) todas as informações estão certas.

128. Determinado Vereador do Município do Rio de Janeiro propôs projeto de lei ordinária determinando a redução da alíquota de ISS incidente sobre o serviço de transporte público metroviário para 0,5%, alegando tratar-se de serviço público e fundamental para o bem-estar da população.

Acerca dessa proposta legislativa, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de proposta inconstitucional.
- b) Caso aprovada, a lei produzirá efeitos apenas no exercício seguinte ao de sua publicação.
- c) Apenas lei complementar de caráter nacional poderá tratar de alíquota de ISS.
- d) Não será necessário observar a anterioridade tributária para a aplicação dessa lei.
- e) Trata-se de proposta ilegal.

129. Assinale V para as alternativas verdadeiras e F para as alternativas falsas.

- () O ISS não incide sobre atividades mistas, isto é, aquelas que envolvam, concomitantemente, obrigação de dar e obrigação de fazer.
- () O ISS incide sobre distribuição e venda de bilhetes de loteria.
- () Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos apenas ao ISS ainda que sejam prestados por não contribuinte do imposto, ressalvada a hipótese de fornecimento de mercadorias.

Quais das afirmativas estão corretas?

- a) I
- b) I e II
- c) Todas
- d) II e III
- e) II

130. O valor do ISS apurado em uma fiscalização poderá ser lançado a partir de uma base de cálculo arbitrada sempre que for verificada qualquer das seguintes hipóteses, salvo:

- a) Equipamento Emissor de Cupom Fiscal fora dos padrões exigidos.
- b) Extravio de livros fiscais.
- c) Documentos fiscais apresentados sem observâncias de formalidades extrínsecas ou intrínsecas.
- d) Atividade exercida em caráter provisório ou contribuinte de rudimentar organização
- e) Exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente

PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha

131. Acerca das disposições gerais que regem o PAT, nos termos do Decreto nº 14.602/96, é incorreto afirmar que:

- a) A petição será indeferida de plano, se manifestamente inepta ou quando a parte for ilegítima, sendo vedado, entretanto, a qualquer servidor, recusar o seu recebimento.
- b) Os documentos juntados ou apreendidos podem ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do interessado, desde que a medida não prejudique a instrução do processo e deles fique cópia autenticada nos autos.
- c) A parte interessada pode pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios do processo ou, alternativamente, mediante autorização expressa nos autos por parte da autoridade competente, capturar imagens, por telefone celular, máquina fotográfica ou qualquer outro meio, de folha ou conjunto de folhas do processo, sendo certificado por servidor habilitado os trechos que foram fotografados.
- d) Quando se tratar de petição do sujeito passivo que acarrete abertura de processo administrativo, o interessado receberá, em até 3 dias, por meio do correio eletrônico por ele indicado, o número do respectivo protocolo do processo aberto pelo servidor responsável.
- e) Nas petições, impugnações, recursos, pareceres, promoções e informações, as expressões descorteses ou injuriosas poderão ser canceladas, de ofício ou a requerimento do ofendido, pela autoridade administrativa, que mandará riscá-las.

132. De acordo com o Decreto nº 14.602/96, acerca das intimações no PAT, julgue os itens a seguir:

- I. A intimação referente à decisão deverá ser acompanhada de cópia do ato.
- II. O titular do órgão, atendendo ao princípio da economia processual, optará, em cada caso, por qualquer uma das formas de intimação previstas na legislação.
- III. A intimação só será feita por edital quando frustrada a tentativa pela via pessoal ou postal.
- IV. A comunicação enviada por correio eletrônico somente será considerada válida se, até 15 (quinze) dias da data de seu envio, o seu recebimento restar confirmado inequivocamente por qualquer forma.

São corretos, apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) Todos os itens.

133. De acordo com o Decreto nº 14.602/96, a intimação por edital considera-se efetuada:

- a) Na data da sua publicação no Diário Oficial do Município.
- b) 2 dias úteis após a sua publicação no Diário Oficial do Município.
- c) 2 dias após a sua publicação no Diário Oficial do Município.
- d) 5 dias após a sua publicação no Diário Oficial do Município.
- e) 10 dias após a sua publicação no Diário Oficial do Município.

134. No âmbito do PAT, de acordo com o decreto nº 14.602/96, o prazo para o servidor interpor recurso à instância especial das decisões do Conselho de Contribuintes relativamente a lançamento refere ao IPTU é de:

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

135. De acordo com o decreto nº 14.602/96, acerca do procedimento prévio de ofício, assinale a opção incorreta:

- a) Quando o sujeito passivo não estiver sob ação fiscal e comparecer ao órgão fazendário apresentando solicitação relacionada a suas obrigações tributárias e, em exame daí decorrente, ficar constatada a existência de débito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, verificando-se qualquer infração relativa ao referido imposto, ficarão dispensadas as respectivas multas, desde que tal débito seja pago, com a devida atualização e com os acréscimos moratórios cabíveis, no prazo de trinta dias a partir da ciência do Auto de Infração.
- b) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, sempre que possível, no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.
- c) O procedimento alcança todos que estejam diretamente envolvidos e somente abrange os atos que o precederem, salvo se a infração for de natureza formal permanente, caso em que se estenderá até o encerramento da ação fiscal.

d) Considera-se espontâneo o atendimento aos programas de acompanhamento e verificação, por sistemas eletrônicos, da arrecadação do ISS e de outros tributos elencados no Código Tributário Municipal, desde que o contribuinte, tempestivamente, forneça todas as informações e elementos solicitados pela repartição fiscal competente e promova o recolhimento de eventuais diferenças de tributo apuradas, com os acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for cientificado dessas ocorrências.

e) O procedimento deverá estar concluído dentro de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, mediante nova intimação, da qual será dada ciência ao sujeito passivo antes do término do prazo anterior.

136. De acordo com o decreto nº 14.602/96, acerca do procedimento prévio de ofício, pode-se afirmar que o Termo de Apreensão conterá, no mínimo, as seguintes informações, exceto:

- a) a identificação do sujeito passivo.
- b) a quantidade e espécie dos livros e documentos apreendidos.
- c) o local, o dia e hora.
- d) o prazo previsto para a restituição.
- e) a denominação do órgão e a assinatura do funcionário que lavrar o Termo, seguida de sua identificação.

137. Conforme dispõe o Decreto nº 14.602/96, acerca do processo contencioso, assinale a opção incorreta:

- a) A impugnação que versar sobre a parte da imposição tributária implicará pagamento da parte não impugnada.
- b) A autoridade lançadora levantará a perempção, em caráter excepcional, na ocorrência de caso fortuito ou força maior; alegação de pagamento anterior ao lançamento, acompanhada do respectivo comprovante ou erro de fato no lançamento.

c) As decisões dos litígios tributários não poderão ter como base o emprego da equidade para dispensar a exigência de tributo e acréscimos moratórios.

d) Não cabe pedido de reconsideração e nem recurso da decisão da autoridade julgadora de primeira instância que não conhecer da impugnação por perempta.

e) Apresentada a impugnação, o processo será encaminhado ao autor do procedimento para que ofereça informação fundamentada no prazo de 10 dias, prorrogável por igual período mediante autorização do titular do órgão lançador.

138. Com base no Decreto nº 14.602/96, em relação lançamentos eletrônicos de créditos tributários apurados com base no Sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA, pode-se afirmar que julgada improcedente, no todo ou em parte, a impugnação, o sujeito passivo poderá interpor:

- a) recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao Coordenador da Coordenadoria do ISSQN e Taxas.
- b) recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao titular da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários.
- c) pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao Coordenador da Coordenadoria do ISSQN e Taxas.
- d) recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao Conselho de Contribuintes.
- e) pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido ao titular da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários.

139. Com base no Decreto nº 14.602/96, acerca da consulta, julgue os seguintes itens:

- I. A resposta à consulta formulada por órgãos de classe representantes de categorias econômicas ou profissionais, em nome de seus representados, fica condicionada à aprovação do Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento.
- II. A consulta não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano, pela autoridade competente quando o fato houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em sede consulta.
- III. Alterada a orientação dada em consulta, esta só produzirá efeito a partir do 31º dia seguinte ao da ciência do interessado ou a partir do início da vigência do ato normativo.
- IV. A consulta deverá versar, apenas, sobre as dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do consulente e será formulada de forma objetiva, clara e precisa, indicando se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a data da sua ocorrência.

São corretos, apenas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

140. De acordo com o decreto nº 14.602/96, o contribuinte submetido ao regime de estimativa da base de cálculo do ISS poderá solicitar revisão da respectiva Portaria ou ato equivalente:

- a) no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que tiver ciência do ato, a ser decidido pelo titular da Gerência de Fiscalização a que estiver afeto o contribuinte.
- b) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data em que tiver ciência do ato, a ser decidido pelo titular da Gerência de Fiscalização a que estiver afeto o contribuinte.

- c) no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que tiver ciência do ato, a ser decidido pelo Coordenador da Coordenadoria do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas.
- d) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data em que tiver ciência do ato, a ser decidido pelo Coordenador da Coordenadoria do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas.
- e) no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data em que tiver ciência do ato, a ser decidido pelo titular da Gerência de Fiscalização a que estiver afeto o contribuinte.

SIMPLES NACIONAL

Fabio Dutra

141. Associe o número que indica uma das instâncias de gestão do Simples Nacional com a letra que indica corretamente algumas de suas funções, de acordo com a LC 123/06.

- (1) Comitê Gestor do Simples Nacional
- (2) Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- (3) Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM
- (A) trata do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.
- (B) orienta e assessora a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação.
- (C) regulamenta a opção, exclusão, tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, dívida ativa, recolhimento
- a) 1A, 2B, 3C
- b) 1B, 2C, 3A
- c) 1C, 2B, 3A
- d) 1A, 2C, 3B
- e) 1C, 2A, 3B

142. De acordo com a Lei Complementar 123/2006, acerca da inscrição e da baixa de microempresas e empresas de pequeno porte, assinale a alternativa correta:

- a) Na ocorrência de fraude no registro do Microempreendedor Individual - MEI feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito pessoalmente pelo seu titular em uma unidade de atendimento da Receita Federal.
- b) O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações dependem de prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.
- c) A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica não implica responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
- d) O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações dependem de certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal.
- e) Como regra, ficam reduzidos a zero todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento.

143. De acordo com a Resolução CGSN 140/2018, compõe a receita bruta, exceto:

- a) o custo do financiamento nas vendas a prazo, contido no valor dos bens ou serviços ou destacado no documento fiscal;
- b) as gorjetas, sejam elas compulsórias ou não;
- c) os royalties, aluguéis e demais receitas decorrentes de cessão de direito de uso ou gozo; e
- d) as verbas de patrocínio.
- e) a venda de bens do ativo imobilizado;

144. No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () O limite de receita bruta para empresas de pequeno porte é de R\$ 4.800.000,00
 - () O limite para recolhimento do ICMS dentro do Simples Nacional é, como regra, de R\$ 3.600.000,00
 - () Haverá aplicação de limite obrigatório de R\$ 1.800.000,00 aos Estados cuja participação no PIB foi interior ao percentual previsto na LC 123/06.
- a) V, F, F
 - b) V, F, V
 - c) V, V, F
 - d) F, V, F
 - e) F, F, F

145. No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

() Não se aplicam à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional, devendo ser aplicadas apenas as regras da LC 123/06.

() É permitida a prestação de assistência mútua e a permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativas às microempresas e às empresas de pequeno porte, para fins de planejamento ou de execução de procedimentos fiscais ou preparatórios.

() Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, exceto em relação ao ICMS e ao ISS.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

146. O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, denominado Simples Nacional e regulado pela Lei Complementar 123/2006, será gerido, dentre outras instâncias, pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Acerca deste comitê, indique a alternativa que apresenta corretamente o número de representantes de cada entidade:

- a) 5 Representantes da União.
- b) 1 Representante do SEBRAE
- c) 3 Representantes dos Estados e do DF.
- d) 4 Representantes dos Municípios.

e) 6 Representantes da União.

147. Acerca do Simples Nacional, e considerando os regramentos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, analise as situações abaixo:

I - As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação de créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

II - As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, destinadas a consumo ou comercialização.

III - As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) nenhum dos itens.

148. No tocante às vedações para ingresso no Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo considerando se devem ou não ser consideradas vedações previstas na LC 123/2006, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

() É vedado ingressar no Simples Nacional a empresa resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 anos-calendário anteriores.

() É vedado ingressar no Simples Nacional a empresa que exerça atividade de previdência complementar.

() É vedado ingressar no Simples Nacional a empresa cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

149. De acordo com a Lei Complementar 123/2006, a alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses, exceto:

- a) alteração de natureza jurídica para Sociedade Anônima, Sociedade Empresária em Comandita por Ações, Sociedade em Conta de Participação ou Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira;
- b) inclusão de sócio pessoa jurídica;
- c) inclusão de sócio domiciliado no exterior;
- d) cisão parcial;
- e) alteração de endereço para outro Estado.

150. São tributos incluídos no Simples Nacional:

- a) IRPJ, PIS, COFINS, IPI.
- b) ICMS, II, IPI, CSLL.
- c) COFINS, ISS, ITR, CSLL.
- d) CSLL, ICMS, ISS, IOF.
- e) PIS, IRPJ, ICMS, IPTU.

AUDITORIA FISCAL ELETRÔNICA

Tonyvan Carvalho

151. O crédito correspondente a percentual do valor do ISS relativo a cada NFS-e recebida pelo tomador do serviço será gerado somente após o pagamento do imposto. Nesse contexto, não gerarão crédito as seguintes prestações de serviço:

- a) a prestação de serviço imune, isenta ou em que houver incidência de ISS; a prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado após inscrição em Dívida Ativa; a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo fixa.
- b) a prestação de serviço imune, isenta ou em que não houver incidência de ISS; a prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado antes da inscrição em Dívida Ativa; a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo fixa.
- c) a prestação de serviço imune, isenta ou em que não houver incidência de ISS; a prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado após inscrição em Dívida Ativa; a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo fixa.
- d) a prestação de serviço imune, isenta ou em que não houver incidência de ISS; a prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado após inscrição em Dívida Ativa; a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo variável.

e) a prestação de serviço imune, isenta ou em que houver incidência de ISS; a prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado antes da inscrição em Dívida Ativa; a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo variável.

152. O crédito correspondente a percentual do valor do ISS relativo a cada NFS-e recebida pelo tomador do serviço será gerado somente após o pagamento do imposto.

Em relação às pessoas que não farão jus a esse crédito, analise as afirmações a seguir:

I - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, inclusive as instituições financeiras e assemelhadas;

II - as pessoas naturais que possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF;

III - as pessoas jurídicas estabelecidas fora do território do Município do Rio de Janeiro.

Não farão jus ao crédito, o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) III, somente.
- e) I, II e III.

153. Uma das formas de uso do valor do crédito do ISS relativo a cada NFS-e recebida pelo tomador de serviços é abatido do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel indicado pelo tomador do serviço, sendo que não será exigido qualquer vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada.

Essa inscrição imobiliária beneficiada deverá ser indicada até o dia _____ de _____ de(o) _____, para abatimento do imposto referente ao exercício seguinte.

- a) trinta – Setembro – cada exercício;
- b) trinta – Junho – cada exercício;
- c) trinta – Setembro – segundo exercício seguinte àquele em que tiver sido gerado;
- d) dois – Setembro – cada exercício;
- e) dois – Dezembro – segundo exercício seguinte àquele em que tiver sido gerado.

154. No caso do incentivo a que se refere à realização de sorteio de prêmios entre tomadores, pessoas naturais, que receberem a NFS-e, cada NFS-e que registre um valor mínimo, a ser definido em regulamento, dará direito a um número para o tomador do serviço participar do sorteio de prêmios, desde que

- a) Esse tomador seja pessoa jurídica e indique inscrição no CNPJ.
- b) Esse tomador seja pessoa natural e indique inscrição no CPF.
- c) Esse tomador seja pessoa natural, apenas.
- d) Esse tomador indique inscrição no CPF, apenas.
- e) Esse tomador seja pessoa natural ou indique inscrição no CPF.

155. Segundo o Decreto nº 32.250/2010, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – NOTA CARIOCA é o documento fiscal referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, instituída pela Lei nº 5.098, de 15 de outubro de 2009, será emitida e armazenada eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

A emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA – será vedada:

- a) aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) às pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF;
- c) aos profissionais autônomos;
- d) às pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF.
- e) às autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas.

156. Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA –, o prestador de serviços deverá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, cujas informações serão posteriormente transmitidas ao sistema para conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA.

A conversão do Recibo Provisório de Serviços – RPS em NFS-e – NOTA CARIOCA – não pode ultrapassar o _____ dia útil do mês seguinte ao mês de competência. Qual é esse prazo?

- a) segundo;
- b) quinto;
- c) décimo;
- d) vigésimo.
- e) trigésimo.

157. O pagamento do ISS referente à NFS-e – NOTA CARIOCA – deverá ser efetivado até o _____ dia útil do mês seguinte ao mês de competência. Qual é esse prazo?

- a) primeiro;
- b) segundo;
- c) terceiro;
- d) quarto.
- e) quinto.

158. Conforme a Resolução SMF nº 2.617/2010, a NFS-e – NOTA CARIOCA será emitida eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura por meio do aplicativo disponibilizado na Internet, no _____ endereço eletrônico <https://notacarioca.rio.gov.br>.

Terá adesão facultativa ao sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA:

- a) os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) as pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF;
- c) os profissionais autônomos;
- d) as pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF.
- e) o Microempreendedor Individual – MEI.

159. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter campos que permitam o registro do valor dos impostos que estão sendo cobrados do contribuinte. Nesse contexto, a concessionária e as permissionárias de serviços funerários no Município deverão incluir, no campo “discriminação dos serviços” da NFS-e – NOTA CARIOCA, as seguintes informações, quanto à pessoa falecida, EXCETO:

- a) nome;
- b) endereço;
- c) local do óbito;
- d) local do sepultamento;
- e) Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF.

160. Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA –, o prestador de serviços deverá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, cujas informações serão posteriormente transmitidas ao sistema para conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA.

Além dos casos de impossibilidade de conexão imediata, será admitida a emissão de RPS:

- I – quando se tratar de utilização de nota fiscal estadual como RPS, nos termos do art. 15;
- II – como cupom fiscal, nos casos em que for admitido;
- III – quando a quantidade ou a frequência dos serviços prestados tornar inviável ou impraticável ao contribuinte acessar o aplicativo de que trata o § 1º do art. 1º para emitir cada NFS-e – NOTA CARIOCA;
- IV – quando o contribuinte dispuser de sistema informatizado que permita a comunicação direta com o aplicativo de que trata o § 1º do art. 1º, via web services.

Analise os itens acima e marque a alternativa correta:

- a) I e II estiverem corretas;
- b) I e III estiverem corretas;

- c) II e III estiverem corretas;
- d) I, II e III estiverem corretas;
- e) I, II, III e IV estiverem corretas;

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
